

Superior Tribunal de Justiça

DESIIS no RECURSO ESPECIAL Nº 1.813.415 - RS (2019/0132012-1)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
REQUERENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REQUERIDO : ILSE CECILIA WENDLANT
ADVOGADOS : MAURÍCIO WORTMANN MARQUES E OUTRO(S) - RS058951
ALEX SCHUENKE - RS082455

DECISÃO

Em petição de e-STJ fls. 533/534, o INSS manifestou seu pedido de desistência parcial do recurso especial, com base no art. 9º da Portaria n. 488, de 27/07/2016.

Houve homologação da referida desistência parcial, ocasião em que também foi proferida decisão de devolução dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que aguardasse o julgamento da matéria remanescente, relativa à prescrição quinquenal, objeto do Tema 1.005/STJ (ref. aos Recursos Especiais ns. 1.751.667/RS, 1.761.874/SC e 1.766.553/SC, Rel. Min. Assusete Magalhães) (e-STJ fls. 536/537).

Na sequência, o segurado informou sua renúncia em parte no tocante à prescrição quinquenal, conformando-se ao entendimento do INSS de que as parcelas vencidas observem os últimos cinco anos da data do ajuizamento. Afirmou, ainda, que seu requerimento teria sido homologado no Tribunal de origem (e-STJ fl. 540). Por esse motivo, requereu o reconhecimento de distinção entre o presente feito e os processos afetados ao Tema 1.005/STJ (e-STJ fls. 539.543).

Intimada, a autarquia apresentou petição em que concordou com o término do litígio por meio de transação, postulando sua homologação, a qual deverá consignar que **"a prescrição quinquenal será aferida a partir do ajuizamento da ação individual"** (e-STJ fls. 549/550).

Dessa forma, considerando que os causídicos possuem poderes para transigir (e-STJ fls. 18 e 534) e que a transação é causa para a extinção do processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, "b", do CPC/2015, cuja manifestação pode dar-se em sede de recurso especial, é o caso de deferir o pleito de homologação do acordo, haja vista que, ao contrário do alegado pelo segurado, inexistiu homologação perante o Tribunal de origem (e-STJ fl. 522).

Ante o exposto, com base no art. 487, III, "b", do CPC/2015, c/c o art. 34, IX, do RISTJ, HOMOLOGO o acordo proposto pela parte autora, a fim de que a prescrição quinquenal seja aferida a partir do ajuizamento da ação individual. Por conseguinte, julgo EXTINTO o processo, com resolução do mérito.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA
Relator

